



Ferramenta para Análise de Conformidade Jurídica, v1.0
Guia para o Desenvolvedor
Tero Carbon Avaliações e Certificações S.A.



**FERRAMENTA PARA ANÁLISE DE CONFORMIDADE
JURÍDICA**
Guia para o Desenvolvedor
Versão 1.0

TERO CARBON AVALIAÇÕES E CERTIFICAÇÕES S.A.

ACRÔNIMOS

ART	Anotação de Responsabilidade Técnica
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CCIR	Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CND	Certidão Negativa de Débito
CNDT	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas
CRBio	Conselho Regional de Biologia
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
PMFS	Plano de Manejo Florestal Sustentável

1. Introdução

A análise de conformidade abrange diversos aspectos, incluindo a verificação da conformidade jurídica das partes envolvidas no projeto, a regularidade do imóvel rural onde o projeto será implementado (se aplicável) e a competência do responsável técnico pelo projeto.

No que diz respeito à conformidade jurídica das partes envolvidas, é essencial garantir que todas as pessoas físicas e jurídicas estejam em conformidade com as leis e regulamentos ambientais pertinentes. Isso inclui a verificação da idoneidade das pessoas físicas, bem como a conformidade das empresas com as normas de operação e licenciamento ambiental.

No que se refere ao imóvel rural, é necessário verificar se o mesmo está regularizado de acordo com a legislação ambiental e fundiária vigente. Isso inclui a verificação da documentação que comprove a propriedade ou posse legal da terra, bem como a conformidade com as leis de uso do solo e conservação ambiental.

Além disso, a análise de conformidade também aborda a competência e qualificação do responsável técnico pelo projeto. Este profissional desempenha um papel crucial na concepção, implementação e monitoramento do projeto de carbono, portanto, é essencial garantir que ele possua as qualificações necessárias e esteja devidamente registrado junto aos órgãos competentes.

Em suma, o processo de análise de conformidade de projetos de carbono visa assegurar que todas as etapas e partes envolvidas no projeto estejam em conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, garantindo assim a credibilidade e eficácia das iniciativas de mitigação das mudanças climáticas.

2. Objetivo

O objetivo desta ferramenta é auxiliar o Desenvolvedor a garantir, antes da submissão do projeto para o processo de validação, que todas as partes envolvidas, sejam pessoas físicas ou jurídicas, estejam em conformidade com as leis e regulamentos pertinentes.

3. Checklist

3.1 Pessoa Física¹

- Possui os documentos de identificação necessários e atualizados (data de emissão menor que 10 anos).
- Verificação de identidade por meio de uma prova de vida, que consiste na apresentação de uma foto do documento de identificação em conjunto com uma selfie da pessoa segurando o documento (realizado na Plataforma Tero).
- Consulta de regularidade no Cadastro de Pessoas Físicas.
- Consulta de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- Consulta junto à Justiça Eleitoral.

3.2 Pessoa Jurídica¹

- Consulta da Situação Cadastral.
- Consulta à Lista Suja de Trabalho Escravo.
- Consulta às Certidões Negativas de Débitos (CNDs).
- Consulta a outras bases de dados cadastrais relevantes.

3.3 Imóveis Rurais (se aplicável)

No Brasil, os documentos necessários para comprovar a conformidade jurídica de um imóvel rural podem variar de acordo com o estado. Com isso em mente, a Tero Carbon oferece uma lista abrangente de documentos que podem ser apresentados em conjunto para evidenciar essa conformidade. Embora não seja obrigatório apresentar todos os documentos listados abaixo, é altamente recomendável que o Desenvolvedor reúna um conjunto que demonstre a posse dos proprietários, assim como a regularidade jurídica do imóvel. No caso de propriedades localizadas no exterior, a análise dos documentos apresentados será feita de forma individualizada, levando em consideração as leis específicas do país correspondente.

- Cadastro Ambiental Rural (CAR).
- Os limites da propriedade não devem sobrepor-se:
 - Outros Cadastros Ambientais Rurais (CAR's).

¹ Para pessoas físicas e jurídicas estrangeiras ao Brasil, a consulta em bases de dados governamentais irá variar dependendo do país de origem.

- Áreas concedidas para exploração de direitos minerários.
- Título de Propriedade.
- Matrícula do Registro de Imóveis.
- Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR).
- Georreferenciamento da Propriedade.
- Licenças Ambientais.
- Certidões Negativas de Débitos (CND's).
- Contratos de Arrendamento ou Parceria.
- Termos de Compromisso Ambiental.
- Relatórios de Auditoria Ambiental.
- Certificados de Regularidade Sindical.
- Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS).

3.4 Responsabilidade Técnica

- Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)² ou documento equivalente, emitido pelo órgão competente, do responsável técnico pelo projeto.

² No Brasil são emitidos pelo CREA, CRBio e órgãos componentes equivalentes.



Histórico de Versões

VERSÃO	DATA	NOTAS
1.0	19/08/2024	Versão inicial aprovada pela Direção e lançada para consulta pública.